

# QUILOMBO DE TIMBAÚBA: ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS E CULTURAIS

## QUILOMBO DE TIMBAÚBA: SOCIOHISTORIC AND CULTURAL ASPECTS

Francisco Edviges ALBUQUERQUE<sup>1</sup>, José Elias CARNEIRO<sup>2</sup>

1 Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor Associado nível 2 da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, atuando nos cursos de Doutorado e Mestrado. Professor do Curso de Mestrado Profissional em Letras -PROFLETRAS/UFT - Campus de Araguaína. E-mail: [fedviges@mail.uft.edu.br](mailto:fedviges@mail.uft.edu.br).

2 Universidade Federal do Ceará (UFC) graduado em Ciências Contábeis pela UEVA e, atualmente, é aluno do Curso de licenciatura em Matemática na UFC e cursa Pós-graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. É Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Aprígio Rodrigues Moreira, de Novo Horizonte, que Atende aos Alunos da Comunidade Quilombola de Timbaúba, em Moraújo – Ce.  
E-mail: [eliasrubronrgro@hotmail.com](mailto:eliasrubronrgro@hotmail.com).

**RESUMO:** Este trabalho é resultado de uma visita técnica realizada na comunidade Quilombola de Timbaúba, localizada no Vale do Coreaú, na divisa entre os municípios de Coreaú e Moraújo, ao noroeste do Estado do Ceará, 308 km de Fortaleza. O quilombo situa-se entre as serras da Meruoca e da Ibiapaba, à margem direita do Açude Várzea da Volta. A comunidade recebeu da Fundação Cultural Palmares sua certidão de autorreconhecimento como quilombola em 2006, e o processo de regularização fundiária foi aberto pelo INCRA no mesmo ano, reivindicando-se a titulação de um território tradicional com área de 2.033 há. O Quilombo da Timbaúba é uma comunidade rural composta por aproximadamente 142 famílias. Sua população descende de cinco famílias negras tradicionais que deram início à comunidade e cujos ancestrais foram escravizados. As atuais famílias vivem distribuídas entre as seguintes localidades do quilombo: Vila Timbaúba ou Timbaúba de Baixo, Timbaúba de Cima, Canafístula, Fazenda Velha e Alto dos Cajueiros (VEIGA, 2016). A visita efetivou-se no mês de fevereiro de 2020, momento em que tivemos uma roda de conversa com as lideranças e sábios dessa comunidade, com aprendizagem mútua e

troca de experiência enriquecedora. O objetivo refletir sobre os aspectos sociohistóricos e culturais da comunidade Quilombola da Timbaúba. Para isso, foi necessário sistematizar as informações coletadas durante a visita técnica, abordando sua história, religião, saberes tradicionais e seus aspectos socioculturais, que conferem a identidade de um povo que busca mecanismos de manutenção de seus modos de vida, pautados na ancestralidade e no reconhecimento da alteridade absoluta do outro.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Quilombola de Timbaúba. História. Aspectos socioculturais.

**ABSTRACT:** This work is the result of a technical visit carried out in the Quilombola community of Timbaúba, located in the Coreaú Valley, on the border between the municipalities of Coreaú and Moraonaro, in the northwest of the State of Ceará, 308 km from Fortaleza. The quilombo is located between the mountains of Meruoca and Ibiapaba, on the right bank of the Açude Várzea da Volta. The community received its certificate of self-recognition as quilombola from Fundação Cultural Palmares in 2006, and the land regularization process was opened by INCRA in the same year, claiming the title of a traditional territory with an area of 2,033 ha. Quilombo da Timbaúba is a rural community composed of approximately 142 families. Its population is descended from five traditional black families that started the community and whose ancestors were enslaved. The current families live distributed between the following quilombo locations: Vila Timbaúba or Timbaúba de Baixo, Timbaúba de Cima, Canafístula, Fazenda Velha and Alto dos Cajueiros (VEIGA, 2016). The visit took place in February 2020, a time when we had a conversation with the leaders and scholars of this community, with mutual learning and an enriching experience exchange. The objective is to reflect on the socio-historical and cultural aspects of the Quilombola da Timbaúba community. For this, it was necessary to systematize the information collected during the technical visit with these people, addressing their history, religion, traditional knowledge and their socio-cultural aspects, which confer the identity of a people that seeks mechanisms to maintain their ways of life, based on ancestry and the recognition of the absolute otherness of the other.

**Keywords:** Quilombolas. Quilombola of Timbaúba. Story. Sociocultural aspects.

## 1. INTRODUÇÃO

O século XXI segue seu curso, e lá se foram duas décadas, enquanto isso os quilombolas do Brasil seguem sua caminhada num ambiente hostil, marcado pela intolerância, racismo e toda forma de preconceito, deixando um rastro de cultura, religiosidade e saberes tradicionais em áreas como medicina, ecologia, sociolinguística e educação, aspectos próprios de uma ancestralidade que teima em se manter viva, mesmo diante de uma realidade inóspita.

Nesse sentido, nosso trabalho teve como objetivo refletir criticamente sobre os aspectos sociohistóricos e culturais dos Quilombolas de Timbaúba, comunidade rural composta por aproximadamente por 142 famílias. Atualmente população descende de cinco famílias negras tradicionais que deram início à comunidade e cujos ancestrais foram escravizados. As atuais famílias vivem distribuídas entre as seguintes localidades do quilombo: Vila Timbaúba ou Timbaúba de Baixo, Timbaúba de Cima, Canafístula, Fazenda Velha e Alto dos Cajueiros (VEIGA, 2016).

Para realização desse trabalho foi necessária uma pesquisa bibliográfica, com uma frente teórica ampla pautada em autores como Veiga (2016); O'Dwyer (2007); Carneiro (1958); Reis (1996); Duque (2011); Silva (2017); Rodrigues (2016); Feitoza e Giacomelli (2011); Gonçalves (2017); Silva (2014). Além desses recorreremos à Constituição Federal (BRASIL, 1988), que inaugura uma nova forma de ressignificação das comunidades quilombolas.

Antes da promulgação da Constituição de 1988, o termo "Quilombola" era de uso quase restrito a historiadores e referido somente ao nosso passado como nação. Atualmente, o termo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que conforme O'Dwyer (2007), confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro.

A comunidade Quilombola da Timbaúba teve sua origem a partir de cinco famílias negras tradicionais, que segundo Veiga (2016), era formada por Sabino Aguiar, Lucas Batista, Ângelo Nascimento, Marcelino e Venâncio Gomes, todos escravizados ou descendentes de antigos escravizados pelo coronel Tito Alves de Lima. Os descendentes desses quilombolas adotaram seus próprios nomes como sobrenomes de família, transmitindo essa identidade aos filhos e netos. São conhecidos, portanto, como os Sabino Aguiar, a família Lucas Batista, a Família *Ângelo* Nascimento, a Família Marcelino Gomes, e a família Venâncio Gomes. Seu Donizete Luiz de Aguiar. Durante nossa visita técnica à comunidade Quilombola da Timbaúba, "Seu Francisco Aguiar" e "Dona Chaguinha Sabino", os mais velhos da comunidade, numa roda de conversa, nos relataram suas histórias de luta e resistência contra os fazendeiros que se autodenominavam donos das terras de Timbaúba.

## 2. TERRITÓRIO TIMBAÚBA

As fontes documentais da época colonial registraram, segundo Rocha (2010) que os quilombos significavam muito além de um foco de resistência isolado, pois se proliferavam em grande número por todo o território brasileiro. Sua permanência, embora variasse bastante, era em geral duradoura, o que comprova as dificuldades. De uma pluralidade de tamanhos, formas de organização econômica, política e social, os quilombos funcionavam como peças-chave na resistência negra contra a violência e a opressão do sistema escravista.

Nesse sentido, a história das comunidades quilombolas no Brasil, segundo Carvalho e Lima (2013), foi percebida pela necessidade de redimensionar do conceito de “quilombo”, ultrapassando os sentidos expressos no binômio “fuga-resistência” para considerar as variadas situações de ocupação territorial desses grupos em seus contextos atuais. A identidade quilombola pode, assim, ser ressignificada através das relações estabelecidas por esses grupos com o seu território na constituição de uma territorialidade específica, expressa nas chamadas terras de uso comum. Tal territorialidade vem de encontro à lógica totalizante de ocupação dos territórios brasileiros, especialmente à conduta territorial do Estado-nação implantada a partir do século XIX. Com base nessa premissa, discutimos criticamente como a territorialidade quilombola de Timbaúba é vista por eles, a partir de uma análise da história das conceituações atribuídas ao termo quilombo, segundo tratam as legislações brasileiras às questões territoriais desses povos.

Partindo desses pressupostos,

segundo os sábios “Seu Francisco Aguiar” e “Dona Chaguinha Sabino”, os quilombolas de Timbaúba, durante muitos anos tiveram domínio sobre o seu território tradicional, que tinha uma de área de 2.033 hectares definida, e com isso, os remanescentes quilombolas da região estabeleciam uma relação de sustentabilidade com a natureza do lugar, produzindo seus alimentos de forma sustentável, sem agressão ao ambiente. Atualmente, segundo Brito (2016), os quilombolas da Timbaúba não têm acesso a todo o território tradicional. Foram privados de grande parte da área pelas ações espoliadoras de grileiros e fazendeiros. Fato esse que não apagou da memória da comunidade o conhecimento preciso sobre todos os recantos de seu território, além das marcas da ocupação histórica feita por seus antepassados.

Porém, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os territórios de Timbaúba foram reconhecidos como territórios étnico-raciais, garantidos. Porém, somente em 20 de novembro de 2003, foi aprovado o Decreto Federal 4.887 que sugere o INCRA como órgão competente para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com base nessa prerrogativa, os quilombolas da Timbaúba lutaram pelo reconhecimento e defesa de seu território tradicional, visto que, segundo Brito (2016), entenderam como sendo a base material de sua identidade. Antigamente, a comunidade

vivia em uma área bem maior que aquela ocupada hoje, razão pela qual, ao longo do tempo, muitos foram levados a emigrar em busca de melhores condições de trabalho e moradia. Ainda segundo moradores e sábios do Quilombo, as atividades sustentáveis da terra vêm diminuindo de forma progressiva em função da redução do território, uma vez que antigamente, a área era bem maior e as atividades eram mais produtivas, pois facilitava a recuperação das áreas usadas para os roçados. Isso atualmente, não tem sido possível devido à reutilização do solo em tempo menor. Assim, o solo tem enfraquecido muito e produzindo pouco.

Os quilombolas da Timbaúba, segundo Brito (2016), dividem seu território em três áreas, a saber:

[...] a *área de serra*, a *área de planície*, e a *área de vazantes*. “da Serra da Meruoca, onde se localiza a nascente do Riacho Poção. Essa área era utilizada antigamente para a caça, o extrativismo, o cultivo de roças e a criação de animais. É um lugar muito especial para os quilombolas, pois, além de ter sido local de origem de parte da comunidade, contém uma fonte de água considerada sagrada, onde os ancestrais quilombolas cultuavam divindades e faziam rituais. Na área existe ainda a chamada Pedra Ferrada, que guarda pinturas rupestres. A *área de planície* fica entre a *área de serra* e a *área de vazantes* e é onde estão

as localidades: Vila Timbaúba, Timbaúba de Cima, Canafístula e Alto dos Cajueiros. Atualmente, essa é a principal área de moradia e trabalho dos quilombolas. Com planícies alagáveis, tem o solo ocupado por carnaubais, cuja palha é utilizada para a construção de coberturas de casas e para muitos artesanatos, e a fibra é utilizada para a recuperação do solo. Essa área é também destinada à criação de pequenos e grandes animais: galinhas, patos, cabras, ovelhas, cavalos e bovinos”. Ainda segundo esse autor, também realizam nas planícies a retirada de lenha e a coleta de frutos nativos. “Há ainda no solo dessa área uma argila boa para o artesanato e para a produção de cerâmica. A *área de vazantes* fica no entorno do Açude Público Várzea da Volta. É nessa área que se localizam as melhores terras cultiváveis da região: terras escuras e férteis, que só são utilizadas nos períodos de baixa das águas do açude” (BRITO 2016, pp.7-8.).(Aspas do texto original).

Com base nesses pressupostos, entendemos assim como MÉO (2004), que o território se solidifica e a identidade é ingrediente de primeira ordem para a sua constituição e sua manutenção. Território e identidade são, portanto, estreitamente ligados e de forma contínua, ainda que ela não atenha para seus antepassados nos movimentos

políticos percorridos hodiernamente; como pelo desejo da aquisição legal da terra fértil, a expressão de uma cumplicidade real com o meio ambiente. A identidade de uma comunidade, segundo esse autor, é formada por antigos escravos e transita pela relação instituída do espaço.

O quilombo de acordo com Leite (2008) admite um papel emblemático nas resistências dos negros e em suas exigências durante toda a história. Revela-se o arcabouço de mudanças por ele produzido e ultrapassa o que convencionalmente tem sido tratado como agenda política exclusiva do movimento social. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário.

Portanto, esse contexto, segundo Salomão e Castro (2018), reflete todo o processo histórico de territorialização dos remanescentes de quilombos, mas ainda assim, não isenta de conflitos com outros grupos sociais pela manutenção nas terras advindas dos antepassados, que caracterizam a resistência à opressão histórica suportada.

### **3. ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS E CULTURAIS DA TIMBAÚBA**

A memória e a identidade de um povo, segundo Ungarelli (2009) são importantes para a identidade que se afirma por meio da memória de seus ancestrais, das lideranças da comunidade e de seu parentesco com elas.

Segundo Rocha (2010, p. 152):

[...] as fontes documentais da época colonial, registraram que

os quilombos significavam muito além de um foco de resistência isolado, pois se proliferavam em grande número por todo o território brasileiro. Sua permanência, embora variasse bastante, era em geral duradoura, o que comprova as dificuldades enfrentadas pelo governo colonial para controlá-los e combatê-los.

O termo quilombo era, à época,

[...] associado aos critérios formulados pela “resposta ao rei de Portugal”, em 1740, segundo o qual, “quilombo é toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Desde então, milhares de grupos tradicionais persistiram no tempo, mantendo vivos os valores e práticas cultivadas pelos quilombos como fatores de resistência e fuga aos padrões de opressão estabelecidos. Seriam eles os tais remanescentes de comunidades de quilombos, termo descrito pela Constituição, ao tratar das coletividades às quais é destinado um tratamento legal específico. [...] O termo remanescente aderido à noção de quilombo, deixa em aberto uma discussão sobre quais são os critérios para se caracterizar o grupo que

teria constituído um quilombo ou, em outras palavras, quais são as especificidades a serem consideradas ao se estabelecer quem é remanescente ou não. Nesse sentido, as comunidades têm-se empenhado em situar suas diferenças significativamente relevantes, demonstrando que a sobrevivência do quilombo dependeu do fator étnico, o qual atuou como resignificante<sup>3</sup> do ideal quilombola no contexto presente. Procuram, antes de tudo, defender uma concepção antropológica, interpretando de forma ampla e problemática a expressão do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. (Aspas nossas).

Na história do Brasil, de acordo com Carvalho e Lima (2013), os quilombos foram reconhecidos pela administração do período colonial por sua constituição a partir das formas de resistência dos africanos ao sistema escravocrata. Retirados de sua terra natal e trazidos à força para as terras brasileiras para o trabalho escravo em grandes fazendas, engenhos e garimpos, os africanos organizaram-se dos modos mais diversos, em rejeição ao sistema de escravidão a que foram submetidos. Essa noção, inscrita no senso comum por uma narrativa simplificadora, reduz a complexidade de um processo diversificado no qual atuaram outros motivos, atores e formas de relações sociais. É, portanto,

imprescindível destacar que os processos de formação de quilombos, no Brasil, não foram apenas resultantes da resistência escrava e nem do afastamento deles dos domínios das grandes propriedades, como proposto pelo pensamento corrente.

Com base nessa prerrogativa, Brito (2016) afirma que os quilombolas da Timbaúba lutam pelo reconhecimento e defesa de seu território tradicional, que entendem como sendo a base material da sua identidade. Antigamente, a comunidade vivia em uma área bem maior que aquela ocupada hoje, razão pela qual, ao longo do tempo, muitos foram levados a emigrar em busca de melhores condições de trabalho e moradia.

Segundo o Senhor Benedito Miguel (2020), uma mudança muito forte na história dos quilombolas da Timbaúba foi a perda da maior e melhor área de seu território tradicional em consequência da expropriação promovida pelo Governo Federal, em 1918, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), para a construção do Açude Público Várzea da Volta.

A princípio a construção do açude, conforme Brito (2016) foi apresentada como um grande benefício em favor do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida de todos e, logo após a inauguração, em 1919, a promessa oficial até parecia se concretizar: os quilombolas tinham acesso livre a um açude abundante, com grande potencial para a agricultura e a pesca. Porém, com o tempo, o DNOCS passou a arrendar as vazantes das margens do açude para concessionários de fora da região, atendendo

---

3 Tal qual o original.

exclusivamente a demanda do mercado agropecuário.

Ainda para esse autor, os remanescentes quilombolas foram excluídos nesse processo, sob a alegação de que não teriam condições para arcar com os encargos do contrato de concessão nem para viabilizar um “uso racional” das vazantes. Portanto, além de terem suas terras de ocupação tradicional inundadas pelas águas do açude, os quilombolas da Timbaúba tiveram ainda que ver as terras que permaneceram enxutas sendo aos poucos tomadas sob alegação de que eles não teriam condições ou não saberiam como utilizá-las.

Dona Maria Soledade da Conceição, a “Dona Dadá”, nos conta em Brito (2016, p. 9) que:

A nossa história foi afogada junto com a Fazenda do Tito, no Açude Várzea da Volta. Lá tinha o tronco onde se amarrava os negros, lá nesse tronco era o lugar onde eles puniam os nossos parentes. A minha avó contava que os negros eram amarrados nesse torno, nesse tronco, pelourinho. Ainda tem os resquícios dele lá, quando o açude baixa dá para ver, porque era de aroeira e aroeira é uma madeira muito resistente da nossa região (DONA MARIA SOLEDADE DA CONCEIÇÃO, A “DONA DADÁ”, 2016).

De acordo com Brito (2016, p. 9), havia uma área conhecida no quilombo como *Croa*

*do Tito*, localizada à beira do Açude Público Várzea da Volta, parcialmente alagada, preserva, submersas, as ruínas da antiga sede da fazenda escravista que pertenceu ao Coronel Tito. “Antigamente esse açude era todo aberto. Hoje para você chegar na beira do açude, você tem que caçar um beco para você poder entrar. E é muito difícil encontrar porque está tudo cercado ao redor. Antigamente era todo liberto” (DONA MARIA SOLEDADE DA CONCEIÇÃO, A “DONA DADÁ”, 2016).

Ainda seguindo as informações de Brito (2016), os quilombolas de Timbaúba tampouco têm acesso ao peixe do açude, por não poderem se cadastrar como pescadores profissionais, sob a justificativa oficial de que não preenchem os requisitos estabelecidos. Eles alegam, contudo, que não são cadastrados como pescadores ou como vazanteiros por puro preconceito e discriminação dos fiscais do DNOCS.

#### **4. ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE DA TIMBAÚBA**

Os quilombolas conseguiram manter, a partir de seus saberes ancestrais e suas histórias, todas suas riquezas culturais, para não se perderem com o tempo. Mas, para isso, é necessário que sejam feitas parcerias entre órgãos públicas e as comunidades tradicionais, para que suas histórias, suas culturas e seus saberes tradicionais sejam preservados e mantidos pelos povos em suas comunidades.

Com base nessa prerrogativa, a cultura quilombola, enquanto esfera social,

segundo Moura, T.N.B. et al.(2018), permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios e vincularem-se de forma simbólica e afetiva ao grupo. Por ser um espaço de trocas e compartilhamento de conteúdo simbólico afetivo, permite aos sujeitos que se sintam pertencentes a esse universo particular e se apropriem de valores e conteúdos inerentes à realidade.

Assim, segundo Silva e Oliveira (2014), os remanescentes de comunidades quilombolas têm hábitos e costumes vindos de uma cultura rica e muito admirável e muitos, até hoje, ainda reproduzem o que era feito pelos seus antepassados.

Corroborando com esse pensamento, Claval (2014), afirma que é por meio dela que se estabelece uma relação entre o homem e a natureza, sendo ela transmitida de uma geração a outra, porém com possibilidades de mudanças por interferências e novos conhecimentos.

Associada ao passado escravista e africano, a comunidade da Timbaúba mantém vivas apenas três tipos de manifestações culturais, que vem resistindo ao longo dos tempos, conforme afirma Brito (2016), que há três tipos de folguedos, chamados pelos quilombolas de *brincadeiras de negros*, que eles herdaram de seus antepassados: o *Reisado*, o *Leruá* e o *Casimiro Coco*.

O *Reisado* é brincado por um grupo de homens mascarados e a brincadeira é dividida em dois momentos. O primeiro é a visita dos mascarados a uma casa da comunidade, onde, com uma

cantoria ao estilo do repente, pedem permissão para entrar. Após um irreverente diálogo com o(a) dono(a) da casa, os mascarados adentram o recinto e novos repentes e cantigas são puxados. Mais tarde, se dirigem ao terreiro da casa, onde tem lugar o segundo momento da brincadeira, que traz elementos do bumba-meu-boi, outro folguedo típico do Nordeste brasileiro. Depois de dançarem em círculo no terreiro, a visita termina com *a morte do boi*. Já o *Leruá* é um bailado de roda, em que cantigas são entoadas com refrãos repetidos em coro, acompanhados do entrechoque de pequenos cacetes de jucá. A roda se movimenta no ritmo da cantiga, que acelera no decorrer da brincadeira. Um dos brincantes improvisa alguns versos cantados, que são respondidos pelo grupo. Em seguida começa a dança, o canto acompanhando e o cacete *troando*, como se diz na Timbaúba. O terceiro folguedo tradicional do quilombo é o *Casimiro Coco*, um teatro de bonecos, de luva ou vara, em que são tematizados assuntos sociedade e seus conflitos. Essa arte também está presente em outros estados nordestinos, onde recebe outros nomes – *Babau* na Paraíba, *João Redondo* no Rio Grande do Norte e *Mamulengo* em Pernambuco (BRITO, 2016, p.11.).

(Destaques do texto original).

NUNES & CUNHA, 2013, p. 276).

A luta dos quilombolas da Timbaúba pela preservação e manutenção de sua cultura pelos mais jovens vem se dando ao longo dos tempos, visto que muito de seus saberes ancestrais se perderam ao longo dos tempos em que lutavam para se apropriarem de seu território tradicional, por parte de todos aqueles membros que são considerados da comunidade de Timbaúba.

#### 4.1. Saberes Tradicionais

A oralidade possibilita o narrar de histórias, e segundo Haerter, Nunes & Cunha (2013) o ensinar aos mais novos e o aprender com os mais velhos muito sobre seu passado, suas memórias e suas histórias outras que a historiografia oficial e a educação formal tradicionalmente negaram como forma possível de conhecimento.

[...] esse conjunto de saberes e conhecimentos trazidos pela diáspora africana e mantidos ou ressignificados nos quilombos favorece outras possibilidades, o contato com outras Histórias e valores civilizatórios outros, fazendo com que nossas crianças e adolescentes se sintam contemplados nos currículos escolares, que lhes sejam possibilitadas aprendizagens sensíveis, que contem suas histórias, e que também se veem em outras pedagogias (HAERTER,

Durante muitos anos, as lutas dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro, e sem dúvidas, foi o marco para conquista da Lei 10639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” bem como para a educação Escolar Quilombola em suas comunidades.

Neste contexto, a escola quilombola de Timbaúba tem um papel importante de sistematizar esses saberes ancestrais de seu povo e garantir o direito de todos à educação Escolar de qualidade. Contudo, segundo Matuoka (2019), se essa escola não tiver um quadro docente e de gestão composto primordialmente por educadores oriundos da comunidade e atentos a uma educação quilombola, o resultado pode ser a imposição dos saberes curriculares sobre os locais.

A escola surgiu da vontade que muitos tinham de permanecer na própria comunidade, sem ter que sair para concluir os estudos ou conseguir um emprego. Antônio Maria ressalta que esta, por si só, já é uma conquista, mas que ainda seria importante trazer mais da cultura quilombola para as salas de aula. Esses saberes estão se perdendo com os mais velhos. Parte da comunidade resiste nessa questão de valorizar a própria cultura.

Dentre outros saberes da comunidade que poderiam fazer parte da educação escolar quilombola, o professor destaca os ritmos e batuques, como o tambor crioulo e o artesanato, que vão desde utensílios para

uso na lavoura, como peneira e balaio, até adornos, como o anel de semente de tucumã, uma palmeira da região (MATUOKA, 2019).

São atividades dos quilombolas transmitidas pelos saberes tradicionais: Pesca; Confeção de chapéu de palha de carnaúba; Plantação de milho, feijão, mandioca, fava, arroz; Trabalho na limpeza do carnaubal, extração da palha de carnaúba, cera de carnaúba e no inverno cuidar dos roçados. Ademais, os quilombolas da Timbaúba são agricultores experientes, cultivam, dentre outros gêneros, cereais (milho, feijão, arroz, gergelim), hortaliças (abóbora, maxixe, quiabo, pepino), frutas (melancia, banana, mamão e melão) e tubérculos (mandioca, macaxeira). Eles plantam orientados por uma série de observações que vão desde a quantidade e a regularidade da chuva, passando pela qualidade e disponibilidade de terra e de força de trabalho, até as fases da lua e os dias dos *santos fortes* (BRITO, 2016).

Das várias previsões que se fazia tradicionalmente, por exemplo, sobre a qualidade do inverno por vir, já não são mais possíveis em virtude das mudanças climáticas. Contudo, há um tipo de previsão que ainda se faz na Timbaúba, através da observação do comportamento do pássaro João de Barro, chamado de *Profeta do Inverno*. Segundo Seu Benedito Miguel da Costa, a experiência dos antepassados ensina que se o João de Barro constrói sua casa voltada para o nascente, o inverno daquele ano será fraco em chuvas, escassez de chuva, deixando a seco seus filhotes. Já se o João de Barro constrói sua casa para o poente, então o inverno será bom, pois chuvoso (BRITO, 2016).

## 4.2. Cosmologia e Religiosidade em Timbaúba

A importância de se observar o fenômeno religioso nas comunidades quilombolas se dá pelo fato deste ser um dos elementos definidores de identidades. Nesta perspectiva, Clifford Geertz define a religião como um sistema cultural na medida em que esta modela comportamentos, motiva ações e ordena o mundo daquele que crê, conferindo-lhe sentido (GEERTZ, 1989). Ao analisarem as comunidades dos agudás – ex-escravos e seus descendentes retornados do Brasil ao Benim durante o século XIX – Manoela Carneiro da Cunha e Milton Guran destacaram o papel do catolicismo como um elemento modelador e distintivo do grupo em relação aos demais na Costa da África. A construção da identidade dos agudás, assim chamados pelos autóctones, teve como base a diferença cultural entre os antigos escravos retornados e os nativos, onde a religião foi um dos componentes principais de definição da identidade coletiva do grupo (CUNHA, 1986).

Os povos quilombolas de todo o país praticam, principalmente, três diferentes espiritualidades: a Católica, a Evangélica e o Candomblé. Algumas comunidades possuem apenas uma religião, porém o mais comum é que, em uma mesma comunidade, tenham igrejas católicas e evangélicas. Segundo Ir. Sueli, infelizmente, algumas igrejas evangélicas praticam proibições da dança, das roupas ou de costumes que são essencialmente aspectos da identidade quilombola; entretanto, a Igreja Católica tenta,

ainda que com pouco êxito, um diálogo com algumas igrejas evangélicas, para que a cultura seja preservada independentemente da religião.

Nas comunidades quilombolas, atualmente, existem três religiões predominantes: o catolicismo, o candomblé e o evangelismo. Algumas possuem apenas uma religião, porém, o mais comum é que, numa mesma comunidade, predominem duas ou três religiões diferentes. Embora o candomblé tenha sido mal visto pela sociedade e, em especial, pela igreja católica, comparando-o sempre a uma prática pecadora e desrespeitosa a Deus e, muitas vezes, ainda hoje o seja, a maioria das comunidades quilombolas foi e ainda é adepta desta prática religiosa.

Brito (2016), sustenta os quilombolas da Timbaúba vivem sua religiosidade predominantemente na forma católica, tendo como padroeira Nossa Senhora de Fátima. Mas, em muitos aspectos, manifestam formas religiosas também de matriz africana e indígena. Há uma expressiva prática das chamadas *orações fortes*, sabidas por mestres quilombolas mais antigas, tidas como curandeiros ou videntes.

A esses rezadores e suas rezas é atribuído o poder de cura e proteção contra qualquer doença ou perigo. Seu Benedito Miguel nos conta que: Os mais velhos tinham muitas crenças. Todos eles usavam orações fortes. Tinha um da minha família que se chamava Tio Neném Sabino, ele tinha várias orações, até para caça. Quando a caça entrava dentro dum buraco ele sabia, e fazia ali umas palavras, uma oração, e a caça saía e

ele matava fora. Há também pescadores que conseguem pegar peixe sem instrumentos de pesca, só usando a oração e a fé.

Os quilombolas mais antigos contam essas histórias de seres encantados, que se manifestam no Poção, lugar sagrado da Timbaúba. Dona Dadá é quem nos conta: Minha mãe dizia que lá no Poção tinha encantos. Dizia que aparecia uma e ouvia banda de música tocando. Via também camaleão com laço vermelho no pescoço. Aparecia uma mulher do cabelão comprido que tinha muito encanto (BRITO, 2016)

Os Católicos têm como Padroeiro o Santo “São Sebastião”, que deu nome à Igreja local. Os afrodescendentes, praticantes do candomblé, frequentam três Terreiros situados na cidade de Coreaú/CE, a uma distância de treze quilômetros do Quilombo. Na comunidade existem também três benzedeiros. “Seu Benedito”, “Dona Maria” e “Chico Preto”.

São Sebastião que tem o dia 20 de janeiro reservado para seus festejos é visto como o defensor da Igreja, um soldado, um capitão e também um apóstolo dos confessores, daqueles que eram presos. Também, foi apóstolo dos mártires, os que confessavam Jesus em todas as situações, renunciando à própria vida. O coração de São Sebastião tinha esse desejo: tornar-se mártir. Um apóstata denunciou-o para o Império e lá estava ele, diante do imperador, muito decepcionado com ele, por se sentir traído. Mas esse santo deixou claro, com muita sabedoria, auxiliado pelo Espírito Santo, que o melhor que ele fazia para o Império era esse serviço; denunciando o paganismo e a

injustiça.

São Sebastião, defensor da verdade num amor apaixonado por Deus. O imperador, com o coração fechado, mandou prendê-lo num tronco, e muitas flechadas sobre ele foram lançadas até o ponto de pensarem que estava morto. Porém uma mulher, esposa de um mártir, o conhecia, aproximou-se dele e percebeu que ele ainda estava vivo pela graça. Ela cuidou das feridas dele. Ao recobrar sua saúde depois de um tempo, apresentou-se novamente para o imperador, pois queria o seu bem e o bem de todo o Império. Evangelizou, testemunhou, mas, dessa vez, no ano de 288 foi duramente martirizado.

## **5. A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE TIMBAÚBA**

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Aprígio Rodrigues Moreira integrante da Crede 06 e pertencente à rede pública municipal da cidade de Moraújo, estado do Ceará, localizada na localidade de Novo Horizonte, s/n, CEP 62.480-000, com sede própria, construída pela Prefeitura Municipal e é mantida pela Secretaria de Educação do Município. Recebeu esse nome em homenagem ao Senhor Aprígio Rodrigues Moreira que foi o responsável pela doação do terreno para a construção da escola. Fundada, na época, pelo os vereadores Luiz Gonzaga Moreira, Raimundo Francisco Moreira e Benedito Júlio Porto quando sentiram a necessidade de uma escola pública na localidade de Novo Horizonte. Começou a idealizar tal projeto, chegando ao gabinete do atual prefeito da época Raimundo Moreira de Albuquerque, conhecido como

Raimundo Lúcio, que deu início a história de nossa escola. Foi construída pela Prefeitura Municipal de Moraújo, na gestão do prefeito Raimundo Lúcio.

Tudo iniciou no mês de agosto de 1979, quando foi construído a escola com o nome Grupo Escolar Aprígio Rodrigues Moreira, naquela época possuía 1 (um) pavilhão, 2 salas, cantina e 2 banheiros. A Escola oferecia a comunidade escolar, o ensino até a 4ª série primária. Estrutura da Escola conta com o seguinte quadro: Diretoria; Coordenação; Sala de professores; Biblioteca; Almoxarifado; Salas de aula (3); Cantina; Banheiros (2); Pátio livre. Serviços oferecidos na escola. Programas Federais Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Livro Didático (PNLD); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Mais Alfabetização; Programa Mais Educação; Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); e Programas Estaduais Mais Paic e Escola Nota Dez. A Escola atende aos alunos dos na os iniciais da Comunidade de Timbaúba; Alunos que cursam os anos finais do Ensino Fundamental, são atendidos na Escola Antônio Benício de Vasconcelos, do Distrito de Várzea da Volta, em Moraújo. Porém, os alunos cursam o Ensino Médio são atendidos na Escola Estadual Huet Arruda, localizada na cidade de Moraújo.

Em relação à Educação Superior, existem quatro jovens cursando faculdade, sendo um homem cursando Direito e três mulheres cursando Assistência Social, Direito e Geografia, em Fortaleza e Sobral.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Comunidade Quilombola de Timbaúba é um povo remanescente de famílias escravizadas que vivem no Ceará, conforme evidenciou este trabalho. Como todos os demais povos descendentes de africanos, os habitantes desse Quilombo vivem à margem de uma sociedade que tem em sua constituição antropológica uma marca escravocrata que não somente ignora essas pessoas, mas lhes impõem uma invisibilidade sistêmica. Não fosse isso o bastante, praticam em seu cotidiano preconceito e discriminação que ferem os direitos de cidadãos brasileiros que cada um desses quilombolas tem, garantidos constitucionalmente pelo texto da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988).

Numa caminhada em terrenos hostis, a comunidade se desdobra para garantir aos seus descendentes, crianças, adolescentes e jovens, uma vida minimamente digna, com

alimentação adequada, saúde e educação como direitos básicos de subsistência. Nesse sentido, buscam, teimosamente, preservar valores éticos e morais próprios das sociedades tradicionais, envolvendo religiosidade, cultura e assistência médica, que podem ser encontrados na ancestralidade.

Trabalhar em prol da preservação da vida desses povos, em todas as suas possibilidades, é um dever de cada um de nós que somos diretamente beneficiados pelas conquistas sociais conseguidas pela exploração, muitas vezes de forma violenta e voraz, de famílias sem nenhum direito. Ao acenarmos com a possibilidade de ver cada uma dessas pessoas com um olhar de alteridade e empatia estaremos, simultaneamente, contribuindo para a emergência de uma sociedade mais humana, solidária e justa.

---

## 7. REFERÊNCIAS

CUNHA, Manoela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques desidentités. **Annales de Géographie**. 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara,

1989.

GURAN, Milton. **Agudás: os “brasileiros” do Benim**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. Gama Filho, 2000.

HAERTER, L.; NUNES, G. H. L.; CUNHA, D. T. R. Refletindo acerca da contribuição da cultura quilombola aos currículos da educação básica brasileira, através da presença da história da África e Afrobrasileira. **Identidade!** | São Leopoldo | v.18 n. 3, ed. esp. | p. 267-

278 | dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>.

MATUOKA, Ingrid. **Educação quilombola:** como as escolas incorporam os saberes do território? Centro de Referência em educação Integral, 2019. Disponível: <https://educacaointegral.org.br/parceiros>. Acesso em: 12-jun-2020.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola resignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **e-cadernos CES** [Online], 07 | 2010. Disponível: <http://journals.openedition.org>. Acesso em: 19-jul-2020.

SALOMÃO, Fausy Vieira; CASTRO, Cristina Veloso de. A Identidade Quilombola: Territorialidade Étnica e Proteção Jurídica (2018). **Cadernos de Pós-graduação/DIREITO UFRGS**. n. 1. V.13. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/73034>. Acesso em: 21-jul-2020.

VEIGA, Renato Jacques de Brito. **Comunidade Quilombola Timbaúba** / Renato Jacques de Brito Veiga. - Belo Horizonte: FAFICH, 2016. Disponível: <http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/memoria/timbauba.pdf>. Acesso em: 21-jul-2020.